

PGR vai atuar em duas frentes

Aristides Junqueira revelou que pretende trabalhar em duas frentes. Enquanto ele mesmo fica responsável pelas ações penais contra parlamentares no Supremo, os procuradores que atuam na primeira instância da Justiça Federal poderão propor ações civis individualizadas, enquadrando os envolvidos na Lei nº 8.429 de enriquecimento ilícito. "Meus colegas procuradores vão examinar os documentos com vistas à ação cujas penas são várias. Não só perdimento dos bens, mas também a que julgo principal: a suspensão dos direitos políticos de oito a 10 anos, no caso de enriquecimento ilícito", afirmou Junqueira.

Segundo ele, o envolvimento dos governadores Edison Lobão, do Maranhão, Joaquim Roriz, do Distrito Federal, e João Alves Filho, de Sergipe, será analisado pelo subprocurador Paulo Sollberger, que atua no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Diante do volume de documentos, Junqueira já pensa em convocar procuradores de outros estados para trabalhar no caso. "No caso das subvenções sociais, por exemplo, é possível que cheguemos à conclusão de que as ações tenham que ser propostas nos respectivos estados", argumentou.

Antes de iniciar esse trabalho, o procurador-geral vai ter que esperar pela remessa de todos os documentos reunidos pela CPI do Orçamento. O senador Jarbas Passarinho entregou ontem apenas a cópia do relatório aprovado pela comissão de inquérito. "Meu trabalho e de meus colegas vai ser insano. Teremos que examinar não só o relatório, mas principalmente os documentos em que ele se baseou", comentou o procurador.

Ele ressaltou que a Procuradoria não se limitará às recomendações feitas pela CPI. "O Ministério Público, depois que recebe elementos de informação, age da forma como achar que deve agir e não fica restrito ao que o Congresso recomendou", explicou o procurador-geral. "Estou certo que o dr. Aristides dará o máximo do empenho dele para que o prosseguimento deste trabalho seja levado até a consequência final no campo judicial."

Certo de que terá muito mais trabalho do que no caso PC, Aristides Junqueira prefere não marcar data para as primeiras denúncias contra os integrantes da máfia do Orçamento. "Não podemos agir com a rapidez que a população brasileira espera, porque uma ação proposta de forma defeituosa pode levar à consequência nenhuma.